

NOVA FOLHA

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.
Che Guevara

COMERCIÁRIA

22 anos
de lutas

Informativo do Sindicato dos Empregados no Comércio de Patos de Minas e Região-edição junho de 2013- Filiado a Força Sindical e USP
Juca Mandú, 374, centro, Patos de Minas/MG telefone (34) 3821 5500 - E-mail sindec@sindec.com.br

Sindicato auxilia MTE em ação fiscalizatória



Ascendino César confere pagamento de funcionária do estabelecimento

O presidente do SINDEC, Ascendino César das Chagas e o diretor financeiro da entidade, Lásaro Martins estiveram em Carmo do Paranaíba acompanhando o pagamento de verbas suplementares a funcionários de um supermercado daquela cidade. Uma denúncia anônima de irregularidade no acerto relativo ao descanso remunerado que não vinha sendo pago pela empresa aos funcionários chegou ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Um fiscal do órgão verificou in loco e comprovou a veracidade das denúncias. O MTE deu prazo para que fosse efetuado os pagamentos aos empregados e solicitou ao SINDEC o acompanhamento dos acertos.

A maioria dos empregados do estabelecimento teve direito às verbas. De acordo com o MTE a situação se arrastava havia alguns meses até que a denúncia chegou ao conhecimento do órgão. Ascendino César elogiou a atitude da fiscalização. Para ele, somente através de

denúncias, práticas abusivas contra os empregados poderão ser reparadas. “Nem o Ministério do Trabalho e nem o sindicato podem estar em todos os lugares em todo instante conferindo e fiscalizando a ação dos patrões diante de seus funcionários. Nesse caso específico, não se sabe ainda de quem partiu a denúncia, mas é preciso que os trabalhadores que se sintam prejudicados procurem esclarecimentos de seus direitos e deveres, junto ao Ministério do Trabalho ou ao SINDEC para que providências sejam tomadas em caso de descumprimento da legislação trabalhista”, explicou o sindicalista.

SINDEC ganha reforço na diretoria



Nosso sindicato ganhou um reforço considerável desde o dia 12 de junho. O vice-presidente da entidade, José Marcelino Alves, que aposentou-se recentemente de suas atividades na rede de lojas Varejão das fábricas foi requisitado e está prestando serviços na sede do SINDEC. Agora, além do presidente Ascendino César e do diretor de finanças e patrimônio, Lásaro Martins, nosso sindicato tem mais um diretor trabalhando integralmente em prol da categoria comerciária.

Saiba as vantagens de ser sindicalizado

- *Assistência psicoprofissional
- *Assistência comportamental no ambiente de trabalho
- *Assistência de direitos e deveres trabalhistas
- *Assistência e diagnóstico do direito individual do trabalhador
- *Assistência homologatória nas rescisões contratuais
- *Assistência jurídica trabalhista
- *Assistência odontológica (comerciários e seus dependentes)
- *Assistência médica (comerciários e dependentes)
- *Convênio com o Patos Tênis Clube e ASPRA (comerciários e dependentes)
- *Convênio Colônia de Férias em Praia Grande litoral de São Paulo (comerciários e dependentes)
- *Cursos na área de educação profissional e qualificação e requalificação profissional (comerciários e dependentes)
- *Assistência psicológica assistência fisioterápica (inclusive domiciliar)
- *Convênio farmacêutico com desconto de até 60%
- *Convênios com vários seguimentos do comércio para descontos através da carteira de identificação do sindicalizado
- *Assistência médica através do Cartão Saúde estabelecido em Convenção Coletiva de trabalho
- *Assistência funeral destinada aos dependentes por qualquer motivo de morte do titular, exceto suicídio, estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho.



A IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

* Raquel Lídia Gurgel Pessôa



A negociação coletiva é uma preciosa ferramenta de regulamentação do direito do trabalho. Como exemplo da relevância das negociações pode-se citar a garantia da maternidade dos pais adotivos. Atualmente previsto em lei, essa necessidade foi veiculada primeiramente nas convenções coletivas.

De acordo com o renomado jurista Sérgio Pinto Martins “a negociação coletiva é uma forma de ajuste de interesses entre as partes, que aceitam os diferentes entendimentos existentes, visando encontrar uma solução capaz de compor suas posições.

Nossa Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 7.º, inciso XXVI, a validade dos instrumentos resultantes dessa negociação coletiva ofertando a qualidade de lei entre as partes aos acordos e convenções coletivos celebrados.

A negociação coletiva constitui-se em um sistema de autocomposição de conflitos, apresentando-se como melhor instrumento para a solução do confronto capital e trabalho, preferindo aos procedimentos legislativos, judiciais e administrativos.

Como observa-se, inegável é a importância das negociações coletivas, todavia, há direitos fundamentais dos trabalhadores que são indisponíveis. Dentre esses direitos podemos citar: o direito à honra, o respeito à intimidade, o direito aos repousos, o direito ao salário mínimo e o direito de greve.

Apresentado esse pequeno e singelo cenário sobre as negociações coletivas, conclui-se que estas são cada vez mais fortes e importantes não só para o direito laboral brasileiro e sim para todo o mundo globalizado. Tal assertiva é verdadeira na medida em que os processos legislativos são incapazes de acompanhar a celeridade e o dinamismo da economia e também não conseguem refletir de maneira efetiva os interesses dos trabalhadores e empregadores.

* Advogada OAB/MG 96.683

Diretores do SINDEC participam de discussão sobre o pagamento de 4% aos vendedores



O Presidente do SINDEC, Ascendino César, em companhia dos diretores Lásaro Martins e José Marcelino, estiveram em Brasília participando das discussões da Comissão de Assuntos Sociais que obriga o pagamento aos trabalhadores de comissão de, no mínimo, 4% sobre suas vendas. O relator da matéria é o senador Paulo Paim (PT-RS). No encontro, houveram vários debates, quando o presidente da Comissão, senador

Waldemir Moka (PMDB-MS) recomendou a construção de um texto consensual argumentando que alguns setores têm dificuldade de pagar o percentual de comissão previsto no projeto de lei do Senado.

Para o presidente do SINDEC, Ascendino César a fixação de percentual de comissão - antiga reivindicação dos comerciários - trará benefícios e valorizará a categoria, uma vez que a matéria seria regulamentada. “Se aprovada, essa regulamentação evitará mais um item de discussão durante as tratativas das Convenções Coletivas de Trabalho. Passaríamos a discutir somente índice de reajuste do piso salarial e ganhos sociais para a categoria”, ressaltou. José Marcelino, vice-presidente do nosso sindicato, comunga do mesmo pensamento. Para ele o pagamento de comissões regulamentado evita uma série de intempéries no relacionamento entre patrões e empregados, como, por exemplo, a fixação de metas a serem alcançadas para que o comerciário tenha direito a receber comissões. “A prática de metas impostas por algumas empresas “sangra” o empregado ao ponto dele deixar até de fazer suas refeições para conseguir alcançá-las durante o mês”, ressaltou o sindicalista. Paulo Paim agendou outras reuniões com representantes do setor para buscar construir um substitutivo que atenda aos interesses dos trabalhadores sem prejudicar os empresários.

Ação Trabalhista de comerciária patense recebe selo Tema relevante



Um processo trabalhista ajuizado pela assessoria jurídica do SINDEC (tendo como representantes os advogados Luan Francisco Magalhães Claudino, Vinicius Martins Pereira Borges e Jorge Luiz Braga) foi contemplado pelo **selo Tema Relevante** do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. O selo **destaca processos históricos da Justiça do Trabalho de Minas**; Causas ou decisões de grande impacto social, econômico, político e cultural; particularidades regionais; aspectos da memória histórica da localidade; temas novos do Direito e da Justiça do Trabalho; discussões jurídicas de relevância e participação de personalidades ilustres são alguns dos critérios que tornam o processo digno de receber a

chancela. Os processos contemplados com este selo podem servir para estudo da própria evolução do Direito do Trabalho.

O processo merecedor do selo teve início em fevereiro de 2012, quando uma comerciária que trabalhava numa loja de cosméticos em Patos de Minas foi demitida durante o contrato de experiência após informar aos seus superiores que estava grávida na 14ª semana da gestação. Inconformada com a dispensa, a trabalhadora procurou o sindicato e a junta de advogados ajuizou ação na vara de Trabalho solicitando a anulação da dispensa da trabalhadora, sob a alegação de garantia provisória no emprego em razão do seu estado de gravidez. A ação pleiteou a reintegração no emprego ou o pagamento de indenização substitutiva. A empresa se defendeu, afirmando que a demissão foi legal por se tratar de contrato de experiência.

O Juiz da Vara do Trabalho julgou improcedentes os pedidos iniciais formulados, afirmando que a trabalhadora demitida não fazia jus à estabilidade provisória gestacional pois, ainda que a reclamante tenha ficado grávida na vigência do contrato de trabalho, não haveria que se falar em estabilidade provisória. A assessoria jurídica do SINDEC recorreu à 2ª Instância do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Por unanimidade, no novembro de 2012 a Terceira Turma do Tribunal reformou a decisão declarando nula a rescisão contratual e condenando a empresa empregadora ao pagamento dos salários referentes ao período da estabilidade provisória da gestante e demais verbas rescisórias. “Importante destacar que, desde setembro de 2012, o Tribunal Superior do Trabalho alterou a redação do item III da Súmula 244 que trata do assunto, passando a garantir à empregada gestante o direito à estabilidade provisória prevista constitucionalmente, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado”, lembrou o advogado Luan Francisco Magalhães Claudino.

CFC parceiro do SINDEC adquiri simulador de direção



Wilson de Lelz e Vera dos Reis, proprietários do Centro de Formação de Condutores União, ao lado do Simulador de Direção Veicular

Obrigatório na instrução de motoristas a partir do dia 1º de julho de 2013, o simulador real de direção veicular é encontrado em Patos de Minas no CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES UNIÃO. A norma do DENATRAN determina que os próximos candidatos à habilitação passem por 5 aulas de 30 minutos cada no simulador. As instruções devem acontecer antes da realização da prova de legislação. O equipamento é dotado de todos os dispositivos de um carro de verdade com

diversas vantagens para quem pretende se habilitar como motorista e mesmo para quem já possui habilitação, uma vez que alterando o programa do computador é possível realizar exercícios específicos de treinamento à motoristas habilitados.

Nosso sindicato possui convênio com o CFC, sendo que os comerciários filiados contam com descontos especiais nos serviços de exames para direção, bastando apresentar a carteira de filiação do SINDEC no momento da matrícula. O CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES UNIÃO, com sede à rua Dona Luiza, 519, centro.

Diretores do SINDEC são recebidos pelo prefeito de Patos de Minas



Diretores do SINDEC estiveram reunidos com o prefeito de Patos de Minas, Pedro Lucas Rodrigues (PSD) quando levaram ao chefe do executivo algumas reivindicações da categoria comerciária. O presidente do sindicato, Ascendino César sintetizou verbalmente ao prefeito a intenção do sindicato em abrir uma creche para atendimento exclusivo às mães que trabalham no comércio do município. A idéia foi bem recebida por Pedro Lucas, que acenou com uma possível parceria entre a administração municipal e o SINDEC para que o projeto seja viabilizado. Os diretores do sindicato

também se mostraram preocupados com a crescente onda de assaltos no comércio de Patos de Minas, principalmente em joalherias. O prefeito revelou que esteve recentemente em Belo Horizonte, onde conseguiu, junto à Secretaria de defesa Social, a implantação de 16 câmeras de videomonitoramento que serão instaladas no centro da cidade.

Outra reivindicação dos sindicalistas se refere à ampliação no atendimento do restaurante popular. O prefeito adiantou que estudos de demanda estão sendo realizados para que mais trabalhadores sejam beneficiados pela unidade alimentar, que faz parte do Programa Fome Zero do Governo Federal em parceria com alguns municípios.

Centrais vão à Justiça contra perda no FGTS

Centrais sindicais iniciaram o que poderá vir a ser o maior processo judicial da história do país, em termos de pessoas envolvidas e volumes movimentados.



Sindicatos ligados a Força Sindical, Conlutas, UGT e CSB entraram com 33 ações na Justiça do Distrito Federal solicitando o recálculo retroativo da Taxa Referencial (TR), com pedido de liminar antecipada, para repor o que consideraram uma perda de 88,3% na correção do FGTS desde 1999. A partir daquele ano, a TR começou ser reduzida paulatinamente até estacionar no zero em setembro do ano passado, encolhendo também a remuneração do Fundo de Garantia corrigido por juro de 3% ao ano, mais a TR. Apenas nos últimos dois anos, quando a redução da TR chegou a níveis mais drásticos, os trabalhadores teriam perdido 11% em termos reais, se considerada a correção oficial do FGTS em comparação com a evolução da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado como referência em questões trabalhistas pelo governo. Nos últimos meses, o índice de inflação acelerou, subindo mais de 6% ao ano desde 2010, enquanto que o FGTS teve redução na correção. Calcula-se que, levando-se em conta o saldo total do FGTS de mais de R\$ 350 bilhões atualmente, o valor questionado na Justiça poderia chegar a cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos no país), com potencial de mais de 30 milhões em adesões de trabalhadores potencialmente prejudicados.

Segundo o deputado Paulinho da Força (PDT), é o maior "assalto" da história do Brasil e programado, porque foi tudo pensado. "Encontraram um jeito de diminuir a TR mês a mês até levá-la a zero em agosto do ano passado, enquanto a inflação foi de mais de 6% no ano passado", disse Paulinho, que também é presidente da Força Sindical. Para o advogado Antônio Glaucius de Moraes, autor da ação, os trabalhadores precisam ter um índice de correção monetária que mantenha o poder de compra dos seus saldos no FGTS. De acordo com ele, esta finalidade nem de perto vem sendo alcançada pela TR, principalmente neste momento de inflação em alta. Além dessas ações, outras deverão ser protocoladas, assim que novos sindicalizados reunirem petições que serão apresentadas contra a Caixa Econômica Federal, gestora do FGTS.

Multa na rescisão

Para evitar uma perda de arrecadação de R\$ 3 bilhões anuais, o governo prepara uma manobra nos bastidores para manter em vigor a multa adicional de 10% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa. Um projeto acabando com a multa está previsto para votação na próxima semana na Câmara, mas o governo prepara um texto alternativo para ser votado antes, vinculando os recursos ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Instituída de forma provisória em 2001 para sanar um déficit decorrente de decisões judiciais, a cobrança deveria ter acabado em julho do ano passado, quando o rombo foi coberto. O fim da cobrança adicional é uma bandeira da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que vê no adicional um dos fatores de aumento do chamado custo Brasil. A legislação determina o pagamento de uma multa de 40% do FGTS no caso de demissões sem justa causa, que vai para o bolso do trabalhador.

Passé férias em Praia Grande

Quer passar férias na praia com desconto em hospedagem e alimentação?

Entre em contato como SINDEC (34) 3821 5500 - falar com Ascendino César

OBS: Somente para comerciários filiados ao SINDEC



Aniversariantes de julho de 2013

Dia **Nome**

- 01 - João Camilo da Silva Neto
- 01 - Larisse Cristina Soares
- 02 - Romes Firmino de Moraes
- 05 - Gabriel Gonçalves Nogueira
- 08 - Sandra regina Ferreira
- 09 - Johnatan D'Jefferson S. Oliveira
- 14 - Madalena Tavares da Silva Ribeiro
- 15 - Viviana Martins Ferreira
- 16 - Maria Lúcia Pereira
- 16 - Wendell Marlon de Sousa Pereira
- 17 - Marta Maria Dias
- 20 - Luciana de Sena
- 24 - Dalyane Francielle Araújo Vieira
- 25 - Lucimara Barbosa da Silva
- 25 - Ronaldo de Jesus Ferreira
- 25 - Odilon Moreira de Camargos
- 30 - Doriedson Alves Pereira
- 31 - Higor Luiz Leal Santos

SINDEC deseja a todos um feliz aniversário e muitos anos de vida

Para descontrair

Tem certa lógica

O pai chama o filho para uma conversa:
- Filho, sua professora disse que, dos 20 alunos da classe, você é o pior.
- Ora pai podia ser pior.
- Ora como pior, garoto?
- Ué, a turma podia ter 40 alunos....

Declaração de amor

-Querido, o que você mais prefere? Uma mulher bonita ou uma mulher inteligente?
- Nem uma, nem outra.. meu amor.. Você sabe que eu gosto só de você!

O freguês tem sempre razão

O garçom fala com o freguês: - O prato da casa hoje é língua de vaca ao molho madeira...
- Não, língua de vaca não! tenho nojo de qualquer coisa que sai da boca de um animal.
E o garçom: - O que gostaria de comer então, senhor?

O Freguês:- Manda fritar um ovo!

Cozinheiro obediente

Um sujeito pediu um pato assado no restaurante. Quando garçom o trouxe, a ave estava dura feito pedra.

O cara, muito brabo, chamou o garçom: - Garçom, me faz um favor? Devolve esse pato lá pro canalha do cozinheiro e manda ele enfiar esse pato onde ele quiser!

- O senhor vai ter que esperar, ponderou o garçom... tem um frango à Rossini e um filé de carneiro na sua frente.

Resposta na lata

O paulista em Minas, na hora do almoço se sentiu ofendido porque lhe serviram ao lado de outros pratos, abóbora cozida. Chamou o garçom e bateu forte: - ó mineiro, lá em São Paulo quem come isto aqui é porco. E o mineirinho não pestanejou: - Aqui também!

Filantropia

Um homem dirigindo no trânsito, pára, e repentinamente, alguém bate no vidro do carro dele. Ele abaixa o vidro e pergunta o que o outro homem quer. O outro homem diz: - O ex-presidente americano George Bush foi sequestrado e o resgate é 50 milhões de dólares. Se o resgate não for pago, os sequestradores irão jogar gasolina e atear fogo nele. Nós estamos arrecadando contribuições. Tu gostarias de participar?

O homem no carro pergunta:- Em média quanto o pessoal está doando?

O outro homem responde:- Em torno de 5 a 10 litrosde gasolina cada um.



Tratamento dentário

Sorrir é a melhor terapia

O **SINDEC** disponibiliza consultório dentário para atendimento aos comerciários e dependentes de Patos de Minas e região

AGENDAMENTOS
(34) 3821 5500

Modelo: Franciele Soares
Auto Escola União

Rua Juca Mandú, 374, centro - Patos de Minas/MG

Aprovada licença para trabalhador cuidar de filho doente



A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Projeto de Lei da Câmara que muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir ao empregado faltar ao serviço para acompanhar filho doente. Conforme a proposta os pais poderão se ausentar do trabalho, sem prejuízo do salário, por até 30 dias por ano, para cuidar da saúde de filho de até 12 anos, desde que a necessidade do acompanhamento em horário coincidente com o de sua atividade profissional seja atestada por laudo médico. O senador José Pimentel (PT-CE) apresentou o relatório elaborado pelo senador Armando Monteiro (PTB-PE), que concordou com a iniciativa, mas apresentou restrições quanto ao fato de o

empregador ser obrigado a suportar mais esse encargo financeiro. O relator observou que essa licença é remunerada e contada para todos os efeitos legais, como férias, 13º salário, horas extras, vale-transportes.

Para contornar a situação, o parlamentar apresentou uma emenda para que tal tipo de licença seja objeto de negociações coletivas entre empregador e empregado. "Feito esse ajuste, acreditamos que a proposta possa prosperar sem onerar, em especial, os pequenos estabelecimentos, que são os que mais oferecem postos de trabalho neste País", argumenta em seu relatório. O projeto da Câmara continua tramitando e segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH).

NOVA FOLHA COMERCÍARIA

Diretoria do SINDEC

Diretoria Executiva

Ascendino Cesar das Chagas- Diretor/Presidente, José Marcelino Alves-Vice-Presidente, Vander José Viana- Secretário Geral, Lázaro Marcos Martins- Secretário de Finanças e Patrimônio, Sebastião Ribeiro dos Santos- Secretário de Relações do Trabalho, Iris Elaine Gonçalves Silva- Secretária de Divulgação, Cultura e Formação Sindical, Odair Pereira da Silva- Secretário Social e de Esportes

Conselho Fiscal

Elcio Caixeta de Araújo- José Lázaro de Araújo- Vicente Germano Trindade

Delegação Federativa

Diogo Lucio Martins Barros, Geraldo Luiz da Silva

Jornalista/Bonna Moraes - RP 17.503MG

Fotos e diagramação/Bonna Moraes

Impressão/Gráfica INOVA

Os artigos assinados não representam o pensamento da editoria